

COMISSÃO DE CULTURA

PROJETO DE LEI Nº 2.995, DE 2021

Cria a semana do artesanato, comemorada anualmente em todo Brasil no mês de março.

Autor: Deputado OTAVIO LEITE

Relator: Deputado CHICO D'ANGELO

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 2.995, de 2021, de autoria do Deputado Otavio Leite, pretende criar a semana do artesanato, a ser celebrada anualmente no país durante o mês de março. A semana de comemoração e conscientização sobre a cultura do artesanato passa a fazer parte do calendário oficial de eventos do governo federal.

A proposição prevê, ainda, que o Ministério da Economia e a Agência de Promoção Exportação e Investimentos – APEX promoverão campanhas, programas e dotações orçamentárias, dentro e fora do país, para fomentar o artesanato.

A tramitação dá-se conforme o art. 24, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), sendo conclusiva a apreciação do mérito pela Comissão de Cultura (CCult), pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS) e pela Comissão de Finanças e Tributação (CFT). Cabe, ainda, à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) examinar a constitucionalidade, a juridicidade e a técnica legislativa, nos termos do art. 54, do RICD.



Transcorrido o prazo regimental em 12/05/2021, a proposição não recebeu emendas no âmbito desta Comissão.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

A proposição em análise tem o meritório intuito de prestigiar, cultural e economicamente o artesanato brasileiro, por meio da criação de semana dedicada à sua celebração.

Concordamos com a justificação do relator, Deputado Otavio Leite, sobre a relevância do artesanato:

“Compreender a importância deste ofício é aprender sobre a dinâmica de uma cultura, aqui, especialmente a cultura brasileira, em toda sua complexidade e beleza. Esse fazer manual pode ser visto como um benefício social múltiplo. Ele é fonte de renda, meio de expressão e preservação das culturas locais, modelo de valorização de pessoas e comunidades, estilo de vida, alternativa sustentável de consumo, dentre outros”.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) considera que os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas).

Em termos culturais, o artesanato pode ser considerado como uma atividade desenvolvida por atores sociais reconhecidos como grandes conhecedores de técnicas, ofícios e matérias-primas que identifiquem um grupo social ou uma localidade¹.

¹ <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/122>

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Chico D'Angelo

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD225999257600>



Trata-se, portanto, da apreensão dos saberes e dos modos de fazer relacionados à cultura, memória e identidade de grupos sociais. Nesse sentido, a proposição, no que se refere ao aspecto cultural, é oportuna e valorosa.

Pelos motivos expostos, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.995, de 2021.

Sala da Comissão, em 30 de maio de 2022.



Deputado CHICO D'ANGELO
Relator

